

DESIGUALDADE DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE: ÊNFASE NO SEXO FEMININO

GENDER INEQUALITY IN UNIVERSITY: EMPHASIS ON SEX FEM

Vaena Caroline Martins Ribeiro¹
Maria da Luz Alves Ferreira²

^{1,2}Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES
vaena.caroline@hotmail.com, mariadaluz@oi.com.br

RESUMO

O presente trabalho visa analisar as relações desiguais de gênero na universidade através de premissas subjetivas, que versam sobre o binômio professor –aluno, e das relações entre docentes. Através de pesquisa eminentemente bibliográfica, objetiva-se aqui resgatar pensamentos de autores com SCOTT (2005) e DUBET (2003), dentre outros, que se debruçaram a compreender o caráter simbólico das desigualdades no sistema de ensino. A partir disso, dar-se-á maior enfoque às disparidades de gênero nos espaços da universidade, com ênfase no sexo feminino. Trabalha-se com a hipótese que mesmo que a universidade possibilite certa autônima, bem como um amplo espaço de debate, a sociedade fora de seus muros ainda impõe uma ideologia que segrega em função de identidades biológicas. Diante disso quanto se analisa a relação entre docentes, no que se refere a sua identidade enquanto impulsionador de transformações sociais, o discurso perde força e não assume um caráter pragmático. E por fim, considera-se também que as desigualdades de gênero, em alguns casos, se demonstram mais visível e mais combatida, porém, sob outro prisma se apresenta de maneira bastante quase imperceptível, circunstância esta que aliena, na maioria das vezes, mais os docentes que os discentes.

Palavra Chave: Universidade, Desigualdade de Gênero, Docente, Discente.

ABSTRACT

This work analyzes the unequal gender relations at the university through subjective assumptions, that deal with the binomial -aluno teacher, and relations between teachers. Through eminently literature, if the objective is here to rescue thoughts of authors with SCOTT (2005) and Dubet(2003), among others, who have studied to understand the symbolic nature of the inequalities in the education system. From this it will give up most hang him to gender disparities in university spaces, with emphasis on women. It works with the hypothesis that even if the university allows certain autônima as well as ample room for debate, society outside their walls still impose an ideology that secretes due to biological identities. Therefore as analyzing the relationship between teachers, as regards their identity as a driver of social change, the discourse loses strength and assumes a pragmatic character. Finally, it is also considered that gender inequalities in some cases, it is demonstrated more visible and fought, but in a different light appears

quite almost imperceptibly, a circumstance which alienates, most of the times, more teachers to the students.

Keyword: University, Gender Inequality, Teacher, Student.

INTRODUÇÃO

No período chamado contemporâneo, nas mais diversas partes do globo, homens e mulheres se debruçam sobre análises das desigualdades de gênero no intuito de compreender tanto suas bases epistemológicas quanto seus desdobramentos no tecido social. O questionamento dos papéis desempenhados por homens e mulheres tanto no espaço público quanto privado é objeto de debate em diversos organismos nacionais e internacionais. Além disso, a quantificação de dados empíricos, bem como, sua publicização é, por incontáveis vezes, repetidos nos mais distintos trabalhos acadêmicos.

A construção do conceito de gênero vem convergir todo esse arcabouço de ideias em torno das questões relacionadas aos sexos, no entanto existe um grande hiato entre a teoria e a prática. Ou seja, através de pesquisas atreladas aos conceitos de reconhecimento, identidade e mentalidade, emparelhados a variável gênero, impulsionou-se inúmeras descobertas com vistas a sua melhor compreensão e principalmente a superação de desigualdades. Entretanto, ainda existe um grande caminho a ser percorrido, no sentido de dar vida a produção científica.

Diante disso o presente trabalho visa analisar as relações desiguais de gênero na universidade através de premissas subjetivas, que versam sobre o binômio professor–aluno. Através de pesquisa eminentemente bibliográfica, visa-se aqui resgatar pensamentos de autores com SCOTT (2005) e DUBET(2003), dentre outros, que se debruçaram em compreender o caráter simbólico das desigualdades no sistema de ensino. Trabalhou-se a princípio com a hipótese que na academia as disparidades entre os sexos é infinitamente menor se comparado a educação básica e de nível médio. No entanto, no decorrer da construção da pesquisa surgiu outro fator, de extrema relevância, que está atrelado ao discurso dos professores e alunos sobre tal temática. Bem como, a percepção do professor em relação a si mesmo, não a título de avaliação de seu desempenho profissional, mas em algo mais profundo, como sua própria identidade docente. Ou seja, traçou-se um paralelo entre o discurso do professor em sala de aula, no que se refere às desigualdades entre homens e mulheres e suas práticas na vida cotidiana. Em suma, a percepção inicial que se tem aqui é que a universidade possui certa autônoma como espaço de debate, no entanto a sociedade fora de seus muros ainda impõe uma ideologia que segrega em função de identidades biológicas.

Ressalta-se, porém, que este trabalho não está findado e requer maior aprofundamento sobre o tema, no entanto, se espera ofertar contribuições válidas para futuras pesquisas, com vistas a impulsionar maior aceitação das diferenças em tempos de intolerância de toda ordem.

DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL: ALGUNS INDICATIVOS

As especificidades dos indivíduos (gênero, raça e cor) se apresentam em um nível de alta complexidade na dinâmica das relações sociais. A aparência física por si

só, principalmente no Brasil, é atrelada a um conceito de ser ou não igual ao que é tradicionalmente reconhecido e aceito, ou seja, a criação de fracções deterministas a partir de variáveis biológicas permeia o modelo e a posições que cada sujeito deverá ocupar na malha societária dentro de uma perspectiva hierárquica. Para Scott (2005, p.15), “A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração”.

Então, a perspectiva de gênero se torna uma categoria de análise para mensurar a estratificação social no contexto aqui proposto. Sendo assim, gênero não é um sistema natural e biológico. Verbena Laranjeira Pereira (2004), ao se utilizar de autoras brasileiras contemporâneas, afirma que, dentro de um viés culturalista este conceito reivindica a implicação de aspectos culturais, sociais e econômicos para sua compreensão. Dito isto, a priori é que se supere o reducionismo de análise no processo apreensão das questões de gênero.

Ainda nesta perspectiva, SCOTT (1995) destaca que,

Na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais que uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que permite distinções ou agrupamentos separados.

A autora reforça ainda, que a compreensão desse processo se dará a partir dos determinantes de espaço e tempo, ou seja, não existe um significado totalitário que possa reconhecer as relações entre homens e mulheres em uma perspectiva estática e universal, sendo assim, pode-se compreender que fatores externos interagem com as relações inerentes a esta dinâmica.

No que tange as desigualdades, sendo esta peça chave para a compreensão das inúmeras instabilidades no tecido social, é possível destacar o caráter mutante deste conceito ao longo da história. As desigualdades sociais antes das grandes revoluções mundiais apontavam para disparidades baseadas em papéis codificados (nobre e servo, senhor e escravo). De acordo com Catani, (2003, p.7),

Privilégios, deveres normas e valores estavam inscritos nas leis e costumes e nas mentalidades. Códigos de conduta, práticas econômicas, relações políticas estavam tão naturalizados que eventuais transgressões (revolta de servos ou decapitação de um soberano, por exemplo) não mudavam a essência das estratificações. Aos oprimidos, pisoteados permanentemente pela nobreza e pelo clero, a religião católica oferecia consolo de uma existência após a morte na qual todos ficariam ao lado direito de Deus todo poderoso...

Destaca-se que, após a mudança na ordem social vigente, surgem novas facetas no que se refere às desigualdades sociais que a partir de então, se baseia na meritocracia e em uma suposta igualdade de oportunidades para todos os indivíduos. Ou seja, a partir do modo de produção capitalista emerge a ideia que existiria uma mudança de mentalidade no que se refere às disparidades e as dúvidas. “No entanto, nada disso

ocorreu: os temas continuam controversos, inúmeras dúvidas perduram e debates primevos permanecem inconclusos.” (Catani, 2003, p. 9).

Diante do exposto, mais especificamente no caso brasileiro, levando em consideração que o processo de mudança social e econômica aconteceu tardiamente se comparado aos países europeus, como se dá a relação entre gênero e desigualdade, ou melhor, como se dão as relações desiguais de gênero? Fato é que existe uma inter-relação de causalidade entre as duas categorias que estão atreladas ao desenvolvimento social da nação, que por sua vez, estão para além do crescimento econômico e da estrutura de classes. E de acordo com Mendes (2013, p. 57),

O entendimento sobre o processo de construção das desigualdades raciais e de gênero é importante porque evidencia o poder ideológico dos mecanismos discriminatórios no contexto histórico e, ao mesmo tempo explica o quadro de reprodução das desigualdades por força deste mesmo mecanismo (...) a lógica que estrutura as relações de poder se caracteriza não só pela invisibilidade (ou menos visibilidade) social do sujeito, como pelo cruzamento de outros interferentes de opressão e subordinação.

Sob a premissa de ordem e progresso, o Estado brasileiro, nas últimas décadas do século XIX, e com o objetivo de ascender para o mundo modernizado pelo processo de industrialização, demanda educação para as mulheres. Elas então são condicionadas ao espaço escolar sob a égide da reprodução da ideologia vigente, através do posto de professoras da educação básica ou formal durante muito tempo.

O magistério foi uma das carreiras profissionais que melhor ofereceu oportunidade de trabalho remunerado para as mulheres. Para muitas o diploma de normalidade foi a porta de entrada no mundo do trabalho: era a chance para muitas jovens bem-nascidas que, principalmente a partir do início do século XX, se viram obrigadas a realizar uma atividade econômica remunerada, mas também para jovens mais pobres (...) muitas delas viram nessa possibilidade uma forma de independência financeira, e até mesmo ascensão social. (MAIA, 2011, p. 185).

É válido ressaltar que os movimentos feministas brasileiros do século XIX e XX, se pautavam pela luta por garantia de direitos para as mulheres, que por sua vez, fomentaram para a formação da consciência de gênero através de ideias libertárias e igualitárias. Sendo assim, a democratização proposta por este movimento social, deu início a uma luta ideológica que mesmo longe do fim, possibilitou grandes ganhos para as mulheres, sendo este uma das molas propulsoras para a conquista de vários direitos vigentes.

No que se refere a dados estáticos, o Brasil através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, se utiliza do Índice de Desenvolvimento em gênero – IDG,¹ a pesquisa mais recente é do ano de 2010, e ressalta que países com baixo IDH geralmente apresentam um alto índice de desigualdade de gênero. Segundo o relatório, a desigualdade entre homens e mulheres ocasiona a perda de 63% do potencial

¹ Mensura a desigualdade entre homens e mulheres. O índice mede a perda no desenvolvimento humano resultante da desigualdade entre homens e mulheres, variando também de 0 a 1. No entanto, ao contrário do índice de desenvolvimento humano, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade entre os gêneros.

de desenvolvimento humano no Brasil. O IDG brasileiro é de 0,631, e é o 17º país com situação mais favorável em termos de equidade no acesso à educação entre os gêneros. O país é um dos 34 em que há mais mulheres do que homens com o ensino médio completo. A proporção de mulheres que alcançaram esse nível de escolaridade é de 2,5 pontos percentuais maior que a de homens.

A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE, intitulada como *Estatísticas de Gênero - Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010*², revelou que a escolaridade das mulheres aumentou em relação à dos homens. Constatou-se também um contingente maior de mulheres entre os universitários de 18 a 24 anos no nível superior, em 2010, elas representavam 57,1% do total de estudantes nesta faixa etária. Outro fator importante para a elevação do nível de escolaridade das mulheres foi à redução na proporção de adolescentes (15 a 19 anos) com filhos. Este caiu na década, de 14,8% para 11,8%. A gravidez precoce é um dos motivos para que adolescentes interrompam os estudos, comprometendo a formação profissional.

Os dados supracitados revelam a diminuição de desigualdades de gênero, pelo menos no que se refere a variável escolaridade. No entanto, e como já dito anteriormente, há que se levar em consideração que tal binômio é permeado por questões complexas que necessita de análise mais aprofundada, como destaca Mendes (2013, p. 52),

Existem contradições entre os sexos quando o assunto é escolaridade e acesso ao mercado de trabalho. Embora os indicadores quanto à participação das mulheres na educação em anos de escolaridade, inseridas ou não no mercado de trabalho, sejam superiores aos dos homens, ao mesmo tempo, se verifica um crescimento tímido quanto à presença das mulheres em cargos com poder de decisão e, até reservados aos homens.

A partir disso, se percebe a flutuação das desigualdades de gênero no tecido social, ou seja, se a partir de determinada faceta as desigualdades podem retroceder, por outro prisma, talvez mais invisível e naturalizado, as disparidades entre homens e mulheres se multiplicam de forma galopante. Em suma, ainda existe uma lacuna entre os sexos em todos os tipos de relações sociais, em alguns casos mais problematizado e visível e em outros, menos discutido ou mais tolerado. No entanto, é perceptível a caminhada pela busca por reconhecimento e mudança de mentalidade, de modo a tratar os considerados desiguais sob a convicção de uma sociedade multifacetada que requer tratamento equânime para cada um e para todos os indivíduos.

GÊNERO E EDUCAÇÃO: ESPAÇO DE DESIGUALDADE?

O sistema de ensino, de modo geral, recebe diversas demandas sociais cotidianamente, mesmo sendo um espaço de construção teórica e apreensão das diversas disciplinas que vão ofertar, em certa medida, ascensão social. No entanto as questões sociais, bem como, os diversos conflitos que se situam em outros espaços, se transformam em organismos vivos no âmbito escolar. Uma das grandes repercussões se

² O estudo foi baseado no Censo Demográfico, por meio da comparação entre os de 2010 e 2000.

situa na perspectiva de gênero, ou melhor, no modo como o sistema de ensino lida com este contingente a partir do viés de cidadania e democracia proposto desde a constituição de 1988³. Porém, se percebe um embate entre o que é tradicionalmente aceito e as transformações sociais que promoveram o desvelamento de diversos fenômenos. “O que se percebe é que as relações de força encontram-se dissimuladas sob a forma de relações simbólicas”(ROSENDO, 2009, p.4)⁴.

Ressalta-se então, que a forma como se desdobra as relações sociais dentro da Universidade (sendo este um espaço de ensino, pesquisa e extensão) por exemplo, está arraigada por uma cultura dominante que reproduz o poder de determinado grupo social. Trata-se então de um tipo de *violência simbólica* que impõe estereótipos a partir do aspecto cultural imbuído de uma lógica determinista e tradicional, que versa sobre a falseada ideia de igualdade de oportunidades. Ou seja, o que de fato está exposto é uma igualdade fictícia que parte do princípio da equipolência de oportunidades, no entanto, o que se tem é a absorção dos iguais e a segregação dos reconhecidos como desiguais. Assim como afirma ROSENDO(2009, p.8),

O monopólio da legitimidade cultural dominante é sempre resultado da concorrência entre os vários agentes. A instância que conseguir se impor passa a ser aquela que impõe a cultura legítima e a autoridade pedagógica e exercida pelos mandatários dos grupos ou classes que impuserem, inculcando seu arbítrio.

Ainda nesse contexto, o sistema de ensino consiste no fato de o exercício da ação pedagógica caminhar neste mesmo eixo, em uma relação onde os dominantes impõem sua cultura sobre os dominados. No entanto tal ação não é algo palpável ou nítido, pelo contrário, se trata de mecanismos velados e não coercitivos. Assim sendo, o domínio teórico está a serviço desta classe ou grupo dominante, que impulsiona os dominados a uma cultura de subserviência que transcenda os muros dos espaços de ensino e que seja consistente e persiste ao longo da vida em sociedade.

Face a esta complexa teia de contradições emerge, ainda neste cenário, as desigualdades de gênero que repousam sobre o véu do determinismo biológico endossado pela cultura religiosa. Para OLIVEIRA e VILAS-BOAS (2012), no mundo ocidental a discriminação por gênero, bem como suas lutas, tem um longo histórico datado a partir emergência por igualdade de direitos para as mulheres e posteriormente a efetivação de políticas sociais que garantisse direitos reais. No entanto, este contexto de luta vai tomando grandes proporções à medida que se apresenta como um combate pela busca por identidade e reconhecimento, como Scott (2005, p. 18) destaca,

As identidades de grupo são um aspecto inevitável da vida social e da vida política, e as duas são interconectadas porque as diferenças de grupo se tornam visíveis, salientes e problemáticas em contextos políticos específicos. É nesses momentos – quando exclusões são legitimadas por diferenças de grupo, quando hierarquias econômicas e sociais favorecem certos grupos em

³ Art. 5º, inciso I, da CF assim dispõe: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição”.

⁴BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: Elementos para uma Teoria dos Sistemas de Ensino. Recensão: Ana Paula Rosedo. Coleção Recensões LusoSofia. Universidade de Beira Interior – Covilhã. 2009.

detrimento de outros, quando um conjunto de características biológicas ou religiosas ou étnicas ou culturais é valorizado em relação a outros – que a tensão entre indivíduos e grupos emerge.

E é a partir destas tensões que vem a tona as proporções da desigualdade no território brasileiro, um exemplo disso, amplamente divulgado no ano de 2014, foram os fatos ocorridos na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - FMUSP que ganhou destaque nas manchetes dos jornais. Uma lista de denúncias de atos violentos que vão muito além das práticas tradicionais de trote, que as universidades não conseguem banir. Essa lista inclui dez casos de estupro e relatos de tortura, homofobia e racismo. Para o sociólogo Antonio Ribeiro de Almeida, professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP, os crimes contra os direitos humanos ocorridos em festas universitárias são reflexos de uma cultura de violência que permeia as universidades há décadas. "O trote faz parte da luta pelo controle do poder na instituição". Para fazer parte desse grupo, o aluno recém-chegado se submete a essa cultura de intimidação. Só assim ele consegue ganhar a confiança dos superiores para galgar posições e, com isso, ajuda a perpetuar esse sistema de hierarquia ao longo dos anos⁵.

Diante disso, ideologias ou doutrinas que são estabelecidas nos espaço escolar, servem principalmente para demonstrar qual o papel de cada sujeito na estrutura social. Mesmo o Brasil sendo signatário de diversos documentos que visam promover a equidade de gênero⁶, além de ter acompanhado a evolução da institucionalização dos estudos de gênero no campo científico nas últimas décadas e conta hoje com centros de pesquisas reconhecidos. Ainda assim, fatos semelhantes se perpetuam em espaços de proliferação de consciência crítica. A universidade demonstra ser, como já dito anteriormente, espaço de disputa, porém não só por poder, mas sim pela reafirmação dessa ideologia dominante através de elementos que violam a dignidade humana. A necessidade de impor estereótipos para homens e mulheres demonstra que inúmeras regulações propostas por organismos internacionais, bem como, a proliferação de estudos de gênero além das legislações punitivas que visam retroceder este tipo de conflito, não influenciam na mentalidade do tecido social. Ou seja, ações de cunho burocrático, instauradas de cima para baixo interferem parcamente no pensamento dos sujeitos, que por sua vez, ainda se utilizam das premissas outorgadas pela cultura de dominação de um grupo sobre o outro, longe disso está o sentido de coesão social.

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, em um trabalho intitulado *Coesão Social: Inclusão no Sentido de Pertença*, o conceito de coesão social emerge em uma época de deterioração das relações sociais, em função do agravamento das desigualdades sociais desde a instalação da sociedade industrial.

O conceito de coesão social resiste a uma definição unívoca. Costuma evocar um anseio da comunidade diante de um cenário de globalização e de transformações profundas que muitos associam à maior fragmentação social

⁵ <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/o-que-esta-por-tras-da-violencia-dentro-das-universidades/>

⁶Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW; o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e da Campanha pela igualdade e direitos de população LGBT da ONU),

e à perda de laços estáveis. (...)A coesão social refere-se, pois, tanto à eficácia dos mecanismos instituídos de inclusão social como aos comportamentos e apreciações de parte dos sujeitos que conformam a sociedade. Esses mecanismos incluem, entre outros, o emprego, os sistemas educacionais, a titularidade de direitos e as políticas que fomentam a equidade, o bem-estar e a proteção social.(CEPAL, 2007, pp. 24-25).

Diante do exposto, para pensar as relações de desigualdade de gênero que ora se apresentam, emerge então a necessidade de análise sob um novo prisma, haja vista, que a condução institucional deste fenômeno apresenta obstáculos quanto a sua aceitação social. Ainda existe um grande desafio pela frente que versa sobre a mudança de mentalidade da sociedade, tendo a priori o sentimento de pertença, que por sua vez, estimule a equalização de um estado de bem-estar social.

DESIGUALDADE DE GÊNERO X DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Após a tendência mundial de industrialização, bem como, a imposição de uma ordem social vigente, parte-se do pressuposto que o Estado, que é mínimo, outorga direitos básicos a todos os contingentes populacionais. Sendo assim, políticas públicas como as de educação, são capazes de retroceder aquelas desigualdades atreladas às castas, por exemplo. Cria-se então a ficção de que todos tem acesso igual de oportunidades, sendo assim, aquele indivíduo que não ascende socialmente deve culpabilizar a si mesmo pelo seu fracasso. De acordo com DUBET (2003, p.32),

Quando as clivagens não ocorrem mais entre os que acendem a alguns bens e os que são deles privados, quando todos ou quase todos acendem ao mesmo tipo de bens, são as diferenças mais finas que fazem a diferença (...) Se se define a democratização como ampliação de acesso a um bem, paradoxalmente, a distinção reafirma outras desigualdades.

Ressalta-se então que a forma de ensino no Brasil, principalmente nos dias atuais, tem apresentado grandes dificuldades no seu processo de democratização, no sentido de atender a todos os indivíduos, o que demonstra cada vez mais seu caráter estratificador. Mesmo estando intrínseca a sua responsabilidade social, a função de desconstruir preconceitos relacionados à naturalização da dominação tanto no ambiente escolar como fora dele. É nesse contexto, extremamente atual, que se insere as desigualdades de gênero na universidade. Mesmo a partir de ações afirmativas⁷ que minoraram uma série de disparidades entre os indivíduos, e ainda que os dados empíricos apontem o grande aumento no número de mulheres no ensino superior, todavia, as desigualdades ainda estão arraigadas nas relações sociais dentro dos muros da grande maioria destes espaços.

RONCAGLIO (2004,p.101) destaca que,

⁷ Para Barbosa (2008, p.21), ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e a neutralização dos efeitos de discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física (...) Essas políticas sociais nada mais são do que tentativas da igualdade substancial ou material, dá-se o nome de “ações afirmativas”.

A educação superior, no Brasil, segue as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que delega à União a competência para definir as normas para esse nível de ensino. De acordo com a LDB, a educação superior tem como finalidade estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e o do pensamento reflexivo, incentivando o trabalho de pesquisa e investigação científica, com vistas ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura.

Ressalta-se, a partir da citação acima, que o tema desigualdade não está exposto, a não ser que, se possa envolvê-lo na variável cultura a partir do pressuposto que nossa sociedade é historicamente construída por uma cultura de desigualdade. RONCAGLIO (2004), afirma ainda que as relações estabelecidas nos espaços de ensino superior, com ênfase no binômio professor-aluno, estão sujeitas a normas, escolhas pedagógicas, objetivos dos alunos, dos professores e do curso, critérios de avaliação, enfim, convenções que ora são estabelecidas pelos professores e alunos, mas também pela gestão do curso, e, algumas delas, pela legislação vigente no País.

Assim com destaca, FARBER, VERDINELLI, RAMENZANALLI (2012, pp. 122-123),

Nessa perspectiva, espera-se que a universidade promova iniciativas para o desenvolvimento humano, social, político e econômico. Para tanto deverá assumir um posicionamento quanto suas próprias políticas de gestão, as que necessitam estar alicerçadas em valores que reafirmem a democracia e os direitos humanos, o respeito pelas diferenças e especificidades de cada pessoa. A universidade deve ser fator de coesão da diversidade dos grupos humanos.

Dito isso, a universidade é um espaço de encontro dos sujeitos diferentes, específicos e subjetivos, porém se esta convivência será pautada pela desigualdade ou não, se dará justamente pela relação entre os indivíduos envolvidos. “Assim, os(as) professores(as) que participam do processo de produção das identidades dos(as) estudantes, legitimando e valorizando determinadas representações, também se vêem interpelados(as) por esses movimentos construtivos, como posso perceber nas narrativas dos docentes.” (MELO, 2001, p.168). Outro ponto de destaque é a persistência dos chamados cursos tipicamente feminino e masculino, indicando uma preferência das mulheres por ciências humanas e saúde, enquanto os homens são pelas ciências exatas e engenharias, então mais uma vez se percebe a influência de uma ideologia que constrói estereótipos determinados por questões biológicas. Se a universidade se situa em um papelfomentadora criação, além de transmitir e disseminar conhecimentos, constituindo indivíduos críticos não se pode admitir a persistência de qualquer tipo de disparidade neste âmbito.

No que se refere aos docentes, entretanto, se percebe uma lacuna entre o discurso e a prática, pois a relação de igualdade entre professores e professoras para FARBER, VERDINELLI, RAMEZANALLI (2012), está longe de ser uma realidade, pois de acordo com pesquisas realizadas é perceptível a manifestação de desigualdades, inequidades e desequilíbrios evidentes nas relações de gêneros em universidades de todos os países.

Quanto à perspectiva de gênero na academia, em especial na pós-graduação, uma das estratégias para mensurar os hiatos pode ser a produtividade dos docentes. A produtividade, além de ser um indicador de desempenho, pode ser levada em conta para aferir inequidades ou equidades de gênero na academia, se estabelecidos critérios pertinentes. Particularmente, porque diversas variáveis influenciam a produtividade. Dentre elas podem se mencionar o tempo de dedicação, o estilo profissional e científico, a área de pesquisa, os grupos de pesquisa em que se participa, a reputação da IES, os conselhos editoriais de onde se publica a produção acadêmica, assim como o modo em se desenvolve o equilíbrio entre família e carreira. (FARBER, VERDINELLI, RAMEZANALI, 2012 p. 125).

Diante do exposto, dentro da academia se percebe amplas discussões, debates e pesquisas no que se refere as desigualdade de gênero, porém, tal questão está mais viva no universo dos discentes através da verbalização teórica feita pelos docentes. No entanto, no que concerne o campo de efetivação do discurso feito pelos professores, dentro e fora de sala de aula, existe ainda uma grande lacuna. Não que tal questão seja tão reducionista a ponto de se chegar a um jargão de senso comum “faça o que eu falo, mas não faça o que eu faço”, pelo contrário. Pois é na proliferação das manifestações teóricas que se caminha para o aprofundamento ações de visem minorar tal tipo de desigualdade, o que se ressalta aqui é a necessidade da personificação desta prática dentro dos corredores das universidades também.

Em suma, o papel social da universidade, personificado no docente, possui grande peso no processo de autonomia dos sujeitos, diante disso, a efetivação do discurso feito em seu âmbito, além de ter fé pública, pode e deve impulsionar a mudança de mentalidade da sociedade de modo a alcançar desenvolvimento social. E é nessa transformação de paradigmas que se estrutura no papel do professor, que permiti nascer uma nova consciência mais tolerante as diferenças, ou seja, proporciona o surgimento de um princípio que não seja prerrogativa para as desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos últimos anos se fez presente no Brasil um grande movimento contra as desigualdades de gênero. A partir de ampla discussão nos mais diversos espaços sociais, além disso, a que se destacar o avanço na conquista de diversos direitos para as mulheres, demonstrando assim um percurso rumo a uma sociedade mais equânime. A partir dos dados secundários aqui apresentados, quando se estabelece um paralelo entre a variável escolaridade e o fenômeno de desigualdade de gênero, nota-se um crescimento significativo no que se refere à entrada das mulheres na escola e principalmente no ensino superior, número este bastante proeminente se comparado aos dados ligados sexo ao masculino.

Se por um lado, a que se saudar esta estatística, por outro, ainda são perceptíveis outros tantos tipos de disparidades, que emergem no tecido social atingindo principalmente as mulheres. A partir das referências bibliográficas citadas neste trabalho, se percebe que o arcabouço de desigualdades de gênero é flutuante, e possui um caráter mítico no sentido que se instala em determinados espaços e ações, tornando-a

comum e invisível. E é esse véu que dificulta sua problematização como vistas a retroceder e minorar seus impactos.

Este processo de alienação se mostra tão real que repousa até mesmo na universidade, que tem intrínseco em seu agir, a libertação intelectual e a possibilidade de realizar uma análise crítica do mundo. No entanto, o número de mulheres à frente de cargos de decisão nas academias ainda é bastante pequeno, ou seja, mesmo a universidade tendo como um de seus papéis a promoção de desenvolvimento social, ainda não consegue reordenar suas políticas de gestão.

Outro ponto de destaque é a relação entre alunos e professores, que através da pedagogia tradicional, que tem como priori a centralidade das ações na pessoa do docente, estrutura o papel do professor como formador de opinião, ou seja, o discurso que este profissional faz em sala de aula tem o poder de ecoar para além dos muros da universidade, através do discente. E em certa medida isto tem ocorrido, dado o aumento das produções científicas dos estudos sobre desigualdade de gênero.

No entanto quanto se analisa a relação entre docentes, no que se refere a sua identidade enquanto impulsionador de transformações sociais, o discurso perde força e não assume um caráter pragmático. Ou seja, as desigualdades de gênero se mostram presentes nos diversos espaços da academia, de forma tão sutil e tolerável que quase passadesapercebido pelos envolvidos no processo.

E por fim, parte-se da hipótese que as desigualdades de gênero, ainda permeiam a realidade brasileira, no entanto em alguns casos demonstra ser mais visível e mais combatida, porém, em outros espaços se apresenta de maneira bastante simplista e quase imperceptível, circunstância esta que aliena, em diversas situações, mais os docentes que os discentes. É válido ressaltar que este artigo não tem o objetivo de ser “dono da verdade absoluta”, pelo contrário, abre-se o leque de análise no intuito de aprofundar a discussão, bem como o horizonte de pesquisa e debate.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUBET, François. **As Desigualdades Multiplicadas**. Ijuí: Inijuí, 2003. 76 p.

FARBER, Susana Gauche; VERDINELLI, Miguel Angel; RAMEZANALI, Mehran. A universidade está contribuindo para a igualdade de gênero? Um olhar sobre a percepção dos docentes de pós-graduação. **Revista Gestão Universitária na América Latina - Gual**, [s.l.], v. 5, n. 4, p.1-25, 21 dez. 2012. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). DOI: 10.5007/1983-4535.2012v5n4p116.

GOMES, Joaquim Barbosa. **O debate constitucional sobre as ações afirmativas**. Coleção Política da Cor, DP&A. 2003.

MAIA, Cláudia. **A invenção da Solteirona: Conjugalidade Moderna e terror moral**. Ed. Mulheres. Ilha de Santa Catarina. Série II, 2011, p.320.

MENDES, Andréa Aparecida Esteves. O BRASIL EM INDICADORES: QUESTÕES DE RAÇA, COR E GÊNERO. In: MENDES, Andréa Aparecida Esteves. **DESIGUALDADES RACIAIS E DE GÊNERO E A INCLUSÃO DAS**

MULHERES NEGRAS NA EDUCAÇÃO E NO MERCADO DE TRABALHO: 30 ANOS DE HISTÓRIA BRASILEIRA. Canoinhas: Universidade do Contestado Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, 2013. Cap. 2. p. 1-224. Disponível em: <www.unc.br/mestrado/editais/Disserta__o_Andrea_Mendes_FINAL.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2015.

MENEZES, Meiryelle Paixão. **A DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NA ESCOLA.** Revista Fórum Identidades, Itabaiana, v. 3, n. 7, p.144-156, jan. 06. ISSN: 1982-3916.

RONCAGLIO, Sônia Maria. **A Relação Professor-Aluno na Educação Superior: A Influência da Gestão Educacional.** Psicologia Ciência e Profissão, Curitiba, v. 2, n. 24, p.100-111, fev. 2004. Disponível em: <www.pucpr.br>. Acesso em: 12 maio 2015.

ROSENDO, Ana Paula. **A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino.** 2009. Autor: Pierre BOURDIEU; Jean-Claude PASSERON. Coleção: Recensões LUSOSOFIA Direção da Coleção: José M. S. Rosa & Artur Morão Design da Capa: António Rodrigues Tomé & José Rosa Composição & Paginação: José M. S. Rosa Universidade da Beira Interior Covilhã, 2009. Disponível em: <www.lusosofia.net>. Acesso em: 5 jun. 2015.

SCOTT, Joan W.. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 13, p.11-30, jan. 2005.

SCOTT, Joan W. **Gênero: Uma Categoria Útil para Análise Histórica.** Columbia University Press. New York. 1989.

SILVA, Fabiane Ferreira da, MELO, Elena Maria Billig (orgs.). **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação** [recurso eletrônico]Uruguaiana, RS: UNIPAMPA, 2011, p.182.

SOUZA, Nilda Rodrigues de; SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. **INDIVÍDUO, SOCIEDADE, POLITICAS DE RECONHECIMENTO E DE REDISTRIBUIÇÃO: AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO CAMPO EDUCACIONAL.** 2014. Colóquio Internacional: Educação e Justiça Social. Disponível em: <<http://coloquioedujustica.pucpr.br/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

STIVAL, Maria Cristina Elias Esper. **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: DEBATE NECESSÁRIO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR.** 2014. Colóquio Internacional: Educação e Justiça Social. Disponível em: <<http://coloquioedujustica.pucpr.br/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

OLIVEIRA, Catarina Sales; VILLAS-BOAS, Susana. **Igualdade de Género na Universidade da Beira Interior.** Exæquo, Beira Interior, v. 25, n. 3, p.119-137, mar. 2012.

PEREIRA, Verbena Laranjeira. **Gênero: Dilemas de um Conceito.** Coleção Gênero e Contemporaneidade. Volume I, IV série, 298p. 2004.